

HABEAS CORPUS Nº 492.956 - MT (2019/0039921-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : ARIONALDO MADEIRA COSTA E OUTRO
ADVOGADOS : ARIONALDO MADEIRA COSTA - MT013075
MAGALI FURTAK - MT007790
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 1000142-43.2019.8.11.0000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 18/10/2018, com posterior conversão em prisão preventiva, e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 c.c. o art. 61, inciso I, do Código Penal, em razão da apreensão de "**04 (quatro) porções, em forma de tabletes, com massa bruta de 1.799,51 g (um quilo, setecentos e noventa e nove gramas e quinhentos e dez miligramas), que, após serem submetidas à perícia, constatou-se tratar de MACONHA (Cannabis sativa L.)**" (fl. 77).

Inconformada com a referida decisão, a Defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, perante o Tribunal *a quo*. O Desembargador Relator indeferiu o pedido urgente (fls. 44-45).

Irresignada, a Defesa impetrou o presente *habeas corpus*, sustentando, em síntese, a falta de fundamentação concreta e idônea do decreto de prisão preventiva e ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Alega, para tanto, que:

"conforme demonstrado acerca da boa-fé do paciente em

comparecer perante a autoridade policial, bem como respeitar as determinações da Justiça no que tange ao seu comparecimento mensal em cumprir suas obrigações de sua condenação anterior, então, resta mais que demonstrada a possibilidade do paciente em responder esse processo em liberdade, haja vista não restar demonstrado a possibilidade de evasão do paciente, tendo seu mandado de prisão que ainda não fora cumprido ser recolhido" (fl. 10).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia cautelar do Paciente, com a expedição do competente alvará de soltura.

É o relatório. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no Verbete Sumular n.º 691/STF: "*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*", aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

O Juízo de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva do Paciente, consignou (fls. 63-67, sem grifos no original):

*"Ademais, em consulta ao Sistema Apoio, constatou-se que o acusado **integra o polo passivo de várias ações penais nesta comarca**. A saber: Código 652950, pelos crimes tipificados nos artigos 12 da Lei 10.826/03 e 180, caput, do CP; e Código 622984, pelos crimes tipificados nos artigos 306, § 1º, II, artigo 309 e artigo 311, todos do Código Penal, quais tramitam perante a 3ª Vara Criminal, ambos com data aprazada*

para a realização de audiência de instrução e julgamento.

Ainda, o acusado responde por 03 (três) ações penais correlatas ao crime descrito no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, que equivalem-se aos processos com o Código 665477, onde os autos encontram-se em fase recursal; Código 622431, devidamente em andamento para a realização de audiência de continuidade e Código 657502, na qual a instrução processual fora encerrada, estando os autos no aguardo de diligência requerida pelo Ministério Público, razão qual fora concedida liberdade ao acusado no dia 15 de julho de 2017, cujos feitos tramitam nesta 5ª Vara Criminal.

Se não bastasse, registra ainda na Comarca de Pedra Preta prática delitiva pelos crimes tipificados nos artigos 33, caput, e 35, ambos da Lei 11.343/06, Código 64313. Por fim, não se pode passar in albis que o acusado ostenta condenação criminal, cujo executivo de pena de Código 676862, tramita na 4ª Vara Criminal, pelo crime tipificado no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, onde o acusado foi beneficiado com a progressão de regime no dia 11 de julho de 2018.

Destarte, durante as investigações, a Polícia Judiciária Civil constatou que a residência já apontada é de propriedade do acusado Weslen e em conluio com Max, a utilizavam como depósito dos entorpecentes e se não bastasse o referido acusado é integrante de uma organização criminosa denominada 'Comando Vermelho', de modo que a prisão mostra-se necessária diante dos indícios de que a atuação do acusado se integra em esquema amplo e estruturado" (fls. 63-67).

Diante da motivação exposta na decisão acima transcrita — em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia —, mormente quando ressalta a **grande quantidade de droga apreendida, a reincidência do Paciente e a sua participação em organização criminosa (Comando Vermelho)** –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e do Superior Tribunal de Justiça.

Assim sendo, destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

